



## CAMARA DOS DEPUTADOS

### MEDIDA PROVISÓRIA Nº 936, DE 2020

Institui o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda e dispõe sobre medidas trabalhistas complementares para enfrentamento do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19), de que trata a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, e dá outras providências.

### EMENDA Nº

Dê-se ao art. 12 da Medida Provisória nº 936, de 2020, a seguinte redação:

“Art. 12. As medidas de que trata o art. 3º desta Medida Provisória serão implementadas por meio de acordo individual ou de negociação coletiva aos empregados.”

### JUSTIFICAÇÃO

O Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda para o enfrentamento da Covid-19, criado pela Medida Provisória (MPV) nº 936, de 2020, propõe a negociação entre trabalhadores e empregadores por meio de acordo individual como forma de imprimir mais agilidade e particularidade nas medidas para a redução proporcional de jornada de trabalho e de salário e a suspensão temporária do contrato de trabalho, com o consequente pagamento do Benefício Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda aos trabalhadores custeado com recursos da União.





## **CAMARA DOS DEPUTADOS**

Trata-se de medida que, a nosso ver, é adequada ao momento em que vivemos, que não comporta negociações complexas que envolvam os sindicatos das categorias profissionais e patronais.

Nesse sentido, sugerimos dar nova redação ao art. 12 da MPV para estabelecer que as partes livremente definam como negociar em todas as situações, sem a previsão de exceção que preveja a necessidade de negociação coletiva, a exemplo do disposto no parágrafo único do referido artigo.

Contamos com o apoio dos Ilustres Pares para o acolhimento da presente proposta.

Sala da Comissão, em        de        de 2020.

**Deputado LUIS MIRANDA  
(DEM-DF)**